

Aposentadoria Especial

HERÓIS DA RESISTÊNCIA!

Muitos já não acreditavam mais em manter a Aposentadoria Especial para atividades de risco de vida ou nocivas à saúde, e estavam conformados em perder esse importante direito. No entanto, o Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e seus sindicatos filiados, o deputado Chico Vigilante e o senador Paulo Paim, entre outros, preferiram manter a esperança lá no alto e todos os dias, dos últimos meses, travaram uma dura batalha no Senado Federal. Uma comissão de diretores do Sindesv-DF, juntamente com o deputado Chico Vigilante, estiveram presentes em todas as audiências ocorridas nas comissões do Senado Federal, sempre levando a esperança a tiracolo, acompanhada da luta e da persistência para defender a Aposentadoria Especial.

Como foi bom não desistir e acreditar até o último segundo, como acreditamos e confiamos que a nossa luta não seria em vão. Aprovado o segundo turno da nefasta reforma



José Boaventura (Presidente da CNTV), Chico Vigilante (Deputado Distrital), Paulo Paim (Senador) - Foto: CNTV

da Previdência, dia 22/10, iniciou-se a sessão para votar os destaques, incluindo aí uma emenda da bancada do PT no Senado para manter a Aposentadoria Especial. O discurso do senador Paulo Paim (PT/RS) em defesa da Aposentadoria Especial foi contundente, emocionante, inteligente, perspicaz e acima de tudo humanizado pela emoção e sensibilidade. Ali, naquele momento, a maioria dos senadores mudou o seu voto para

favorável à Aposentadoria Especial. Foi nesse momento que a vitória foi construída com maior certeza. E foi aí também que a mesa daquela Casa resolveu adiar a sessão, frustrando expectativas e gerando insegurança. Teriam tempo, na manhã seguinte, para reverter os votos que estavam a favor dos vigilantes? Os senadores foram dormir e voltaram no dia seguinte com a vívida lembrança do pronunciamento do senador Paulo

Paim e por fim votaram por unanimidade dos presentes (78 votos) pela Aposentadoria especial.

Que vitória espetacular! A vitória da resistência tem nome e sobrenome: Paulo Paim, Chico Vigilante, José Boaventura Santos (CNTV e Sindicatos filiados) e SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF.

Agradecemos a todos e todas que acreditaram na luta, na esperança e na certeza da vitória.

AUDIÊNCIAS NAS COMISSÕES DO SENADO FORAM FUNDAMENTAIS PARA CONSOLIDAR A DEFESA DA APOSENTADORIA ESPECIAL



Foram mais ou menos 17 audiências públicas nas comissões do Senado (CDH e CCI) para discutir a reforma da Previdência, das quais diretores do Sindicato dos Vigilantes do DF, da CNTV e o deputado Chico Vigilante participaram e ajudaram a construir uma ponte para a defesa da Aposentadoria Especial. O Sindicato dos Vigilantes do DF criou uma comissão de diretores para participarem dessas audiências que incluíam defesas da Aposentadoria Especial e negociações com diversos senadores para pedir apoio à nossa causa.

Conheça os detalhes que levaram à manutenção da Aposentadoria Especial em nossas próximas páginas

COLOCAMOS NOSSO CORAÇÃO NA LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA ESPECIAL



Esperança e medo se revezaram na nossa luta em defesa da Aposentadoria Especial. Tivemos inúmeros obstáculos a serem movidos a cada dia e o último deles, que retirou da PEC 06/2019, através de emenda, a proibição de Aposentadoria Especial para atividades de risco de vida e nocivas à saúde, foi removido no último minuto do segundo tempo. Muitos já não acreditavam mais que a Aposentadoria Especial seria salva, mas nós acreditamos, por isso, lutamos sem trégua. Praticamente acampamos no Senado Federal e tivemos voz naquela Casa, graças ao Senador Paulo Paim que permitiu todas as nossas intervenções feitas por diretores desta entidade, diretores da CNTV, principalmente seu presidente, José Boaventura que, juntamente com o deputado Chico Vigilante sentaram-se à mesa nas audiências.

Temos muito a comemorar e muito a agradecer também, pois foi uma batalha muito difícil e de muita preocupação pelas terríveis consequências que traria caso os vigilantes perdessem sua Aposentadoria Especial. Aos que acreditaram na luta e acompanharam todo o processo com fé e esperança, nosso muito obrigado. Fizemos o bom combate com garra, coragem e confiança na vitória.

Parabéns às categorias beneficiadas com a nossa luta, principalmente os vigilantes.

Paulo de Quadros
Presidente

MAIS AGRADECIMENTOS

Também contribuíram para a nossa vitória, a bancada do PT no Senado que apresentou a emenda, composta pelos seguintes senadores: Paulo Paim-RS, Jacques Wagner (BA), Rogério Carvalho (SE), Paulo Rocha (PA), Humberto Costa (PE) e Jean Paul Prates (RN). Aos senadores Leila Barros (PSB-DF) que votou contra a reforma da Previdência e Reguffe (Podemos-DF) que desde o início se comprometeram em votar a favor da Aposentadoria Especial. Um grande agradecimento à senadora Zenaide Maia (PHS-RN),

que batalhou dentro do Senado em favor dos vigilantes e ao senador Tarso Jereissati (PSDB-CE) pela flexibilidade em fazer um acordo com o senador Paulo Paim e o deputado Chico Vigilante. Outro senador que muito contribuiu, foi Randolfe Rodrigues (REDE-AP) que retirou sua emenda para apoiar a nossa da Aposentadoria Especial. E também agradecemos aos demais senadores e senadoras que, sensibilizados apoiaram e aprovaram por unanimidade a emenda apresentada pela bancada do PT no Senado Federal.



José Maria (SindesvDF), Dep. Chico Vigilante, Sen. Randolfe Rodrigues e José Boaventura (CNTV)



Sen. Zenaide Maia e Gilmar (SindesvDF)

Deputado Chico Vigilante ladeado pelos Senadores Tarso Jereissati e Jacques Wagner



Negociações no plenário do Senado com a participação do deputado Chico Vigilante

SENADORES DO PT GARANTEM DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL POR PERICULOSIDADE

O plenário do Senado aprovou por unanimidade, na quarta-feira (23/10), dia que selou a votação da Reforma da Previdência (PEC 6/2019), destaque do PT no Senado para reduzir os danos da proposta do governo Bolsonaro e garantir aos trabalhadores que exercem atividades de risco o direito à concessão da Aposentadoria Especial em decorrência da exposição à atividade perigosa.

“Seria um absurdo se tivéssemos constitucionalizado a proibição de que as pessoas pudessem, até mesmo, demandar o direito a Aposentadoria Especial”, enfatizou o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE).

Foi anunciado em plenário que um projeto de lei será apresentado na próxima semana para regulamentar os termos da concessão do benefício e quais categorias terão esse direito.

O senador Paulo Paim (PT-RS) alertou para o dano que a proposta do governo Bolsonaro causaria na vida dos 4 milhões de vigilantes que atuam em todo o País.

“Como você explica para esses trabalhadores que tinham direito, por atuarem em área periculosa, de se aposentar com 25 anos de contribuição, terem de contribuir por 40 anos atuando em área de alto risco, sem nenhuma transição”, criticou Paim.

Outro destaque que estava pendente de análise foi retirado pela Rede Sustentabilidade. A proposta visava a supressão da idade mínima de 55, 58 e 60 anos para fins de Aposentadoria Especial decorrente do exercício de atividade com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde por 15, 20 ou 25 anos. A proposta ainda desvincularia a Aposentadoria Especial da idade mínima do trabalhador.

Apesar da aprovação do destaque do PT, o senador Humberto



Rogério Carvalho (SE), Jean Paul Prates (RN), Paulo Paim (RS), Humberto Costa (PE), Paulo Rocha (PA), Jacques Wagner (BA)

Costa reafirmou que a bancada do PT no Senado votou contra o projeto de reforma apresentado pelo governo Bolsonaro por promover a retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

“Estamos aprovando uma proposta que vai atingir negativamente mais de 78 milhões de brasileiros. Vamos passar a ter no Brasil o aprofundamento da desigualdade, a perda de direitos importantes e o empobrecimento da população”, disse

o senador lembrando pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontando o crescimento da dependência das famílias dos integrantes que tem benefícios como aposentadoria, pensão por morte e Benefício de Prestação Continuada (BPC), frente ao alto índice de desemprego e informalidade no mercado de trabalho.

Fonte: PT no Senado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLC) COMO SERÁ?



Ainda temos luta pela frente para que o PLC contemple todos os vigilantes

Conforme o acordo realizado entre a bancada do PT no Senado com a participação do relator da matéria Tasso Jereissati, além da participação dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Esperidião Amin (PP-SC), nos próximos dias será apresentado um Projeto de Lei Complementar (PLC) para regulamentar a Aposentadoria Especial para os trabalhadores expostos a periculosidade e agentes nocivos à saúde.

Sem a emenda da bancada do PT como ficaria a aposentadoria dos vigilantes pelas regras aprovadas?

No caso dos vigilantes não haveria qualquer regra de transição na nova Previdência aprovada. Isto significa que o vigilante homem teria que trabalhar até os 65 anos de idade e 40 anos ininterruptos de contribuição à Previdência para ter direito à aposentadoria integral. Já as vigilantes mulheres teriam de trabalhar até os 62 anos de idade e 40 anos de contribuição ininterruptos para ter direito à aposentadoria integral.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA É APROVADA E APOSENTADORIA FICA MAIS DIFÍCIL PARA TRABALHADOR

Dos 81 senadores, 60 votaram a favor da PEC 6; Em 10 anos, governo quer deixar de pagar R\$ 800 bilhões em benefícios

O Senado aprovou, em segundo turno, a reforma da Previdência Social proposta pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL), em janeiro deste ano.

A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) número seis recebeu 60 votos a

favor e 19 contra, a reforma tira direitos fundamentais de mais de 100 milhões de brasileiros, que estão no mercado de trabalho formal, informal ou já são aposentados e pensionistas. Os destaques individuais apresentados pelos senadores foram rejeitados.

As lideranças que orientaram as bancadas a votar a favor da reforma foram:

MDB, Podemos, Republicanos, PSL, PSC, PSDB, Democratas e Progressistas. PT, Rede, PSB e PDT se posicionaram contra. O PSD, Pros e o Cidadania liberam a bancada para votar.

“Todos perdem. Não tem ninguém que ainda vai se aposentar que não vai ter algum direito retirado por conta dessa PEC”, explicou o senador Paulo Paim (PT-RS).

O relator da reforma foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que defendeu as mudanças. “O texto chega a quase um consenso nessa Casa. Temos que encerrar isso hoje. Não podemos fazer nada que faça esse projeto voltar para a Câmara. O texto não é perfeito, mas dentro da diversidade da Casa é o melhor texto possível”, argumentou.

VEJA COMO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA ATINGE NOSSA FAMÍLIA (filhos, esposa, netos, sobrinhos, amigos, entre outros)

A reforma estabelece uma idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres com tempo mínimo de contribuição de 20 anos e 15 anos, respectivamente. O valor, porém, será equivalente a 60% da média do valor de referência das contribuições, ou seja, o equivalente à renda do trabalhador na ativa.

Para ter direito ao valor integral, a partir de agora, trabalhadores devem contribuir por 40 anos. Na prática, o trabalhador e a trabalhadora terão que trabalhar muito mais tempo, além do limite da idade mínima, para ter direito ao valor integral.

Pela regra em vigor anteriormente, o valor integral do benefício era garantido pela fórmula 86/96. A soma da idade e do tempo de contribuição para homem deveria ser igual a 96, sendo obrigatório um mínimo de 35 anos de contribuição. Para as mulheres, a aposentadoria integral poderia ser concedida se a soma da idade e do tempo de contribuição (30 anos no mínimo) atingisse 86 pontos.

A reforma também acabou com a regra da aposentadoria por idade, que exigia 15 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para a mulher e 65 anos para os homens. De cada dez aposentadorias concedidas, sete eram por idade.

Exemplos

Atualmente, um trabalhador que hoje tem 65 anos de idade e 29 de contribuição, pela regra antiga da aposentadoria por idade, poderia se aposentar por idade daqui a um ano. Para a aposentadoria por tempo de contribuição, daqui a seis

anos. No entanto, com a regra nova, ele só vai se aposentar com direito ao valor integral do benefício daqui a 11 anos.

Uma mulher com 56 anos de idade e 26 anos de contribuição precisaria esperar só mais um ano para conseguir se aposentar (regra 86/96). Com a reforma, essa mesma trabalhadora terá que esperar seis anos para se aposentar com o valor integral.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou que a reforma foi cruel porque só atingiu a classe trabalhadora e os mais pobres.

“Não teve nenhuma discussão para falar da tributação sobre o capital acumulado. Sobre as grandes fortunas, sobre a concentração de renda. A investida é contra o trabalhador que está lá dentro da mina, no pesado e ganhando pouco”, assinalou o Rede.

Rigidez

Com a alteração das regras, que distanciam os trabalhadores dos benefícios, o Estado deve retirar, no mínimo, R\$ 800 bilhões do montante pago em aposentadorias, auxílios e pensões pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), em dez anos, segundo a análise do próprio governo.

No texto apresentado pelo Executivo (governo Bolsonaro) no começo do ano, com regras ainda mais rígidas do que as que foram aprovadas nesta terça, a reforma tinha uma previsão de cortar R\$ 1,2 trilhão dos benefícios em uma década. Dentre as propostas de Paulo Guedes/Bolsonaro estavam o maldito sistema de capitalização (entregar nossas aposenta-

dorias para os bancos), modelo esse que levou o povo do Chile à miséria e hoje estamos vendo esta grande revolta popular naquele país. Dante das inúmeras críticas ao projeto original, o Congresso Nacional fez algumas alterações para melhor, mesmo assim essa reforma é péssima para a classe trabalhadora.

Para a oposição, a reforma descaracteriza completamente os princípios da Seguridade Social, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, como um sistema de distribuição de renda e proteção social em todo território nacional.

Na votação em primeiro turno, no dia 1º de outubro, a reforma teve 56 votos a favor e 19 contra.

Nos dez meses de tramitação no Congresso, a proposta de reforma do governo foi perdendo volume, por conta dos protestos da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Por exemplo, foi rejeitada a regra de capitalização individual; a regra que determinava um valor menor da pensão caso a viúva não tiver filhos; fim da regra que permitia valores menores que um salário-mínimo para as pensões e benefícios para deficientes carentes.

PEC Pararela

Os debates no Congresso sobre as regras da Previdência não terminam com a aprovação da PEC 06/19. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está analisando a PEC 133/19, a chamada PEC paralela. Nela estão os pontos polêmicos que ficaram de fora, por enquanto, da reforma. Por exemplo, a inclusão dos estados e municípios na reforma; a tributação das entidades filantrópicas e o fim da isenção para as exportações do agropêlo.

Transição

Para os trabalhadores que estão perto de se aposentar terão que cumprir um pedágio, um período a mais de contribuição, de acordo com o tempo que faltaria pela regra antiga, mais idade mínima. As regras mudam para os servidores públicos e para os trabalhadores da iniciativa privada.

A maldade sem fim

O senador José Serra (PSDB-SP) argumentou que as regras aprovadas não são suficientes e que espera mais arrochos para reduzir os custos com os pagamentos das aposentadorias e pensões.

Fonte: Brasil de Fato com alterações - Edição: Rodrigo Chagas



Endereço: SDS - Ed. Venâncio IV - Loja 74 - Térreo - Brasília-DF
Telefones: (61) 3224-2052 / 3224-2107 | **Site:** www.sindesvdf.com.br
Email: sindesv_df@terra.com.br | **Facebook:** SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
Instagram: @sindesvdf | **Responsável pelo jornal:** A Diretoria
Jornalista: Walkiria Simões - Reg. 1568 | **Fotos:** Felix Pereira | **Diagramação:** Damião Alves

Expediente:

OLHO VIVO é o informativo do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF)